

Calmon de Sá defende vantagens para os créditos primários

por Alceo Rizzi
de Salvador

O Banco Central deveria estabelecer um tratamento diferenciado para os créditos primários no processo de conversão da dívida externa em investimento de risco, excluindo qualquer taxa de deságio em seus leilões, caso contrário o País corre o risco de enfrentar dificuldades para obter dinheiro novo junto às instituições financeiras internacionais. A opinião é do presidente do Banco Econômico S.A., Ângelo Calmon de Sá, para quem o deságio só deveria prevalecer nos leilões de créditos secundários (que têm títulos adquiridos com deságio no mercado) da dívida externa.

Para o presidente do conglomerado financeiro baiano será difícil para o governo brasileiro convencer novamente os credores originários da dívida externa a emprestar mais dinheiro para o País se eles atualmente já não conseguem receber de volta o valor nominal de seus títulos. "Quem vai querer emprestar para, depois, no final das contas, perder dinheiro porque o governo decide pagar menos do que foi emprestado para o País?", indaga o presidente do Banco Econômico.

UM LEILÃO EM DUAS PARTES

Ele acha que o Banco Central deve dividir em duas partes os leilões dos créditos no processo de conversão em investimentos de risco no País, fazendo um leilão específico para os créditos primários e outro para os secundários, e somente manter para este último uma taxa de deságio, que os próprios leilões ficarão encarregados de estabelecer. Mesmo porque, na opinião de Calmon



Ângelo Calmon de Sá

de Sá, esses credores secundários da dívida externa do País já adquiriram os títulos no mercado a um preço inferior ao seu valor nominal.

Não seria difícil para o Banco Central relacionar os créditos originários, colocando-os em leilões sem nenhum deságio, segundo observa Calmon de Sá, mesmo porque a União é hoje o maior devedor. E o governo poderia até mesmo estabelecer um limite de, por exemplo, US\$ 100 milhões para a conversão desses créditos primários, em cada leilão, sem que houvesse taxa de deságio. A partir dessa quantia, poderia ser estudada uma outra forma, negociando com os credores, que, na opinião de Calmon de Sá, possivelmente aceitariam a aplicação do deságio.

O presidente do banco baiano é contrário, porém, a que o Banco Central venha a adotar leilões específicos, como para os fundos de investimento, conforme reivindicam as bolsas de valores. Ele acha que isso abriria uma exceção prejudicial para a conversão, despertando reivindicações semelhantes de outros setores, segmentando todo o processo.